

# Na torna–viagem: a dieta dos cativos portugueses resgatados no Magrebe (séculos XVII–XVIII) \*

## On the return trip: the food diet of Portuguese captives rescued in the Maghreb (17<sup>th</sup>–18<sup>th</sup> centuries)

---

ISABEL DRUMOND BRAGA

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa

[isabeldrumondbraga@gmail.com](mailto:isabeldrumondbraga@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Recibido/Aceptado: 18-XII-2020/7-IX-2021

Cómo citar: DRUMOND BRAGA, Isabel, “Na torna–viagem: a dieta dos cativos portugueses resgatados no Magrebe”, en *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, 41 (2021), pp. 347-376.

DOI: <https://doi.org/10.24197/ihemc.41.2021.347-376>

**Resumo:** Partindo de documentação relativa ao Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, procura conhecer-se a dieta alimentar fornecida aos cativos portugueses na torna–viagem rumo a Lisboa, durante a Época Moderna, e perceber semelhanças e diferenças com outros regimes alimentares praticados a bordo no mesmo período.

**Palavras-chave:** Alimentação; cativos; Magrebe; Portugal.

**Abstract:** Using the sources from the Santíssima Trindade Convent of Lisbon, the main goal of this paper is to understand the food diet provided to the Portuguese captives on their journey from Maghreb to Lisbon, during the Modern Age. The paper also intends to know similarities and differences between others food diets used in other maritime travels in the same period.

**Keywords:** Captives; food; Maghreb; Portugal.

**Sumario:** 1. Uma conjuntura difícil; 2. A dieta alimentar na torna–viagem; 3. Preocupações com higiene e bem–estar.

---

## INTRODUÇÃO

A historiografia europeia tem prestado alguma atenção aos resgates de cativos enquanto obra de assistência e negócio que implicava a movimentação

---

\* Este trabajo se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación *Mujeres, familia y sociedad: la construcción de la historia social desde la cultura jurídica*. Ss. XVI-XX. Investigadora responsável Margarita Torremocha Hernández. Referência: PID2020-117235GB-I00, Convocatoria 2020 Proyectos de I+D+i - PGC Tipo B.

de elevados capitais, a par de negociações diplomáticas pontuais e casuísticas para se levar a cabo cada missão. Têm sido abordados os contextos dos aprisionamentos, as condições dos resgates, as ações das ordens redentoras, o papel da Coroa no negócio da compra dos cativos, as condições de vida em cativo, o abandono da fé inicial e a adoção do islamismo para os que renegavam, de entre outros aspetos relevantes<sup>1</sup>, mas nunca o tratamento dos cativos na torna-viagem.

<sup>1</sup> Sobre estas matérias, e sem que aqui seja possível fazer um estado da arte, cf. BENNASSAR, Bartolomé et Lucile, *Los Cristianos de Alá: la fascinante aventura de los renegados*, tradução de José Luis Gil Arístu, Madrid, Nerea, 1989; FRIEDMAN, Ellen G., *Spanish captives in North Africa in the Early Modern Age*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983; LARQUIÉ, Claude, “Le Commerce des Hommes en Méditerranée au milieu du XVII<sup>e</sup> siècle”, em BELVEDERI, Rafaele (dir.), *Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Storici. Rapporti Genova, Mediterraneo, Atlantico nell’ Età Moderna*, Génova, Pubblicazioni dell’ Istituto di Scienze Storiche, Università di Genova, 1990, pp. 397-412; LARQUIÉ, Claude, “Captifs Chrétiens et Esclaves Musulmans au XVII<sup>e</sup> siècle: une lecture comparative”, in BENNASSAR, Bartolomé e SAUZET, Robert (dir.), *Chrétiens et Musulmans à la Renaissance. Actes du 37.<sup>e</sup> Colloque du CESR*, Paris, Honoré Champion, 1998, pp. 391-404; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão: cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998; BRAGA, Isabel Drumond, “Vítimas de um conflito religioso: cativas e renegadas portuguesas no Magrebe (séculos XVI-XVII)”, em TORREMOCHA HERNANDEZ, Margarita (coord.), *Mujeres, sociedad y conflicto (siglos XVII-XIX)*, Valladolid, Castilla Ediciones, 2019, pp. 123-140; BRAGA, Isabel Drumond, “Da corte portuguesa para as cortes marroquina e argelina: os presentes diplomáticos por ocasião dos resgates de cativos no século XVIII”, *Librosdelacorte.es*, 21, (2020), pp. 1-25; GONZALEZ-RAYMOND, Anita, *La Croix et le croissant: les inquisiteurs des Iles face à l’Islam 1550-1700*, Paris, CNRS, 1992; AIBERTO, Edite da Conceição Martins, *As Instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estrutura e funcionamento no século XV*, (dissertação de mestrado inédita), Universidade Nova de Lisboa, 1994; ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna*, (tese de doutoramento inédita), Universidade do Minho, 2010; ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Entre a Cruz e o Crescente: o resgate de cativos: 1218-2018*, Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 2018; MARTÍNEZ TORRES, José Antonio, *Prisioneros de los Infieles: vida y rescate de los cautivos cristianos en el Mediterráneo musulmán (siglos XVI-XVII)*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2004; RESSEL, Magnus, ZWIERLEIN, Cornel, “The ransoming of North European Captives from Northern Africa: a comparison of Dutch, Hanseatic and English Institutionalization of redemption from 1610-1645”, in JASPERT, Nikolas e KOLDITZ, Sebastian (dir.), *Seeraub im Mittelmeerraum: piraterie, korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*, Munique, Verlag Wilhem Fink e Ferdinand Schöningh 2013, pp. 377-406; AFONSO, António Jorge Ferreira, *Os Cativos portugueses nos banhos magrebinos (1769-1830) o Islão, o corso e a geoestratégia no Ocidente do Mediterrâneo*, (tese de doutoramento inédita) Universidade de Lisboa, 2017.

A captura de cristãos era um meio muito relevante para o desenvolvimento económico do Magrebe. Os cativos eram usados como mão-de-obra gratuita e por vezes qualificada para variados trabalhos, em especial para os mais pesados, e também como uma importante fonte de receita, quando eram vendidos aos padres redentores que procediam aos resgates sob as ordens régias. Tenhamos presente que libertar cativos começou por ser um ato caritativo para se tornar uma matéria de governo, sem, contudo, perder a vertente assistencial.

Entre a documentação do convento da Santíssima Trindade, de Lisboa, encontram-se diversos códices sobre resgates, alguns dos quais com informações relevantes sobre os alimentos e os medicamentos fornecidos aos homens e mulheres que haviam sido resgatados pelos padres redentores, que os conduziriam a Lisboa, entre 1654 e 1778. São dados por vezes lacunares –o que implica a impossibilidade de calcular a percentagem dos gastos alimentares face ao total despendido no resgate– mas nem por isso desprovidos de interesse, pois os alimentos foram adquiridos quer no Islão quer em portos europeus em que o navio fez escala ou até mesmo já em Lisboa, quando a embarcação foi obrigada a ficar de quarentena. Os géneros serviam para alimentar e tratar dos problemas de saúde dos resgatados, de acordo com as conceções clássicas da teoria dos humores e do alimento medicamento. Vejamos como se pode caraterizar esta dieta, quanto custava ao erário público e de que modo se assemelha ou não às que eram comuns nas viagens mais longas entre Portugal e o Oriente, objeto de estudo por diversos investigadores.

## 1. UMA CONJUNTURA DIFÍCIL

Os dados em estudo são quase todos relativos ao século XVIII. Porém, uns referem-se a resgates levados a efeito em Marrocos e outros na regência turca de Argel<sup>2</sup>. Efetivamente, em 1769, deu-se o abandono de Mazagão, o último reduto português no Magrebe<sup>3</sup>, permitindo o estabelecimento da paz

<sup>2</sup> Sobre resgates de cativos oriundos da península itálica nas terras do império turco, cf. RICCI, Giovanni, *Ossessione turca: in una retrovia cristiana dell'Europa moderna*, Bolonha, Il Mulino, 2002. Sobre os cativos e as suas atividades no império turco, cf. FAROQHI, Suraiya, *Ottoman empire and the world... op. cit.*, pp. 119-136.

<sup>3</sup> Sobre Mazagão, cf. FARINHA, António Dias, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; AMARAL, Augusto Ferreira do, *Mazagão: a epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

em 1774<sup>4</sup>. Porém, o relacionamento com as regências turcas de Argel, Tunes e Trípoli manteve-se muito problemático, sendo frustrada a primeira tentativa para um acordo, levada a cabo em 1786-1787<sup>5</sup>. Isto significa que após 1774, todos os resgates portugueses no Magrebe foram levados a efeito junto de espaços sob a dominação otomana. Um império imenso –na Época Moderna, cerca de um terço da Europa estava sob o seu domínio– que manteve relações económicas com França, com a senhoria de Veneza, e também com Génova e Florença esporadicamente desde o século XII<sup>6</sup> e de forma regular desde o século XVI<sup>7</sup>, não obstante o turco ter sido, durante toda a Época Moderna, visto negativamente como falso, ocioso, supersticioso, vão e violento, o que teve repercussões inclusivamente na literatura. Os estereótipos foram transversais a toda a sociedade europeia e mantiveram-se até ao século XVIII, numa época em que o poder daquele potentado estava em diminuição, não obstante avanços e recuos, frequentes<sup>8</sup>. Porém, os contatos diplomáticos com os otomanos e com outros estados islâmicos, levados a efeito por mercadores, diplomatas e homens da igreja terão ajudado a fomentar novas formas de diplomacia e de política, embora a reciprocidade das embaixadas só tenha tido

<sup>4</sup> Sobre a paz com Marrocos, cf. BRAGA, Isabel Drumond, *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2008; KEMNITZ, Eva-Maria Von, *Portugal e o Magrebe (Séculos XVIII / XIX). Pragmatismo, Inovação e Conhecimento nas Relações Diplomáticas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010.

<sup>5</sup> BRAGA, Isabel Drumond, *Missões diplomáticas entre Portugal...op. cit.*

<sup>6</sup> Sobre essas relações, cf. POUMARÉDE, Géraud, “Les envoyés ottomans à la cour de France: d’une présence controversée à l’exaltation d’une alliance (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)”, em *Turcs et turqueries (XVI-XVIII siècles)*, Paris, Presses Universitaires Paris-Sorbonne, 2009, pp. 2009, pp. 63-95; VALENSI, Lucette, *Stranieri familiari: musulmani in Europa (XVI-XVIII secolo)*, Turim, Einaudi, 2013, pp. 204-205 e FAROQHI, Suraiya, *Ottoman empire and the world around it*, Londres, I. B. Tauris, 2016, pp. pp. 140-160.

<sup>7</sup> Faça-se notar que desde o século XVI, encontra-se produção veneziana de textos e vocabulários de turco, tais como *L’opera chi se diletasse de sapere domandare ciascheduna cosa in turchesco* (1525-1526) e *La regola del parlare turco* (1533), de modo a tentar fornecer noções da língua. Cf. FORMICA, Marina, *Lo specchio turco: immagini dell’altro e riflessi del sé nella cultura italiana d’età moderna*, Roma, Donzelli Editore, 2012, pp. 26-27.

<sup>8</sup> PRETO, Paolo, *Venezia e i turchi*, Roma, Viella, 2013, p. 223. Sobre os avanços e recuos geográficos na Europa, cf. FAROQHI, Suraiya, *Ottoman empire and the world... op. cit.*, pp. 31-32, 58-63.

início no século XVIII, pois inicialmente não eram encontros entre iguais<sup>9</sup>, e sempre entendidos como temporários<sup>10</sup>.

Portugal foi-se relacionando com as regências otomanas de forma difícil. Em Tunes, Hussain bem Ali tomou o poder na qualidade de *Bey*, fundando uma nova dinastia, em 1705. Esta tornou-se hereditária, em 1711, mas sem ter adotado explicitamente a primogenitura. ‘Ali Pachá obteve o poder em 1735, após um golpe de Estado, que implicou a exclusão dos herdeiros de Hussein *Bey*. Porém, em 1756, Mohammed, um dos filhos de Hussein, conseguiu recuperar o poder para a sua família com a ajuda dos argelinos. Sucedeu-lhe o filho ‘Ali Bey, que governou entre 1759-1782, consolidando a dinastia. De 1782 a 1814, a regência de Tunes conheceu o apogeu, com Hammud II. A tarefa também foi facilitada pelas ações dos monarcas marroquinos que cercearam as ambições hegemónicas da regência de Argel. Em termos de política externa a regência de Tunes investiu nas relações comerciais com a Europa<sup>11</sup>.

Trípoli conhecia então a governação de Al Qaramanli (1754-1793), a qual correspondeu a uma fase áurea da regência. Este, sem desprezar o curso, a maior fonte de rendimentos, procurou uma aproximação com os reinos europeus, tentando atrair mercadores judeus e cristãos. Entretanto, fomes e epidemias, entre 1774 e 1785, provocaram descontentamentos e distúrbios até ao final do reinado, levando Al Qaramanli a associar Yusuf, seu filho, ao poder. A medida não teve os efeitos pretendidos, pois este, com o apoio dos berberes, empreendeu uma revolta dando origem a uma guerra. Por pouco tempo, Ahmad, outro filho do soberano deposto, conseguirá o poder. Porém, Yusuf regressará de novo à governação, por 40 anos<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> GOFFMAN, Daniel, “Negotiation with the Renaissance state: the Ottonan Empire na the new diplomacy”, em AKSAN, Virginia H. e GOFFMAN, Daniel (coord.), *The Early Modern Ottomans: remapping the empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 61-74; SOLNON, Jean-François, *Le turban et la stambouline: l’empire ottoman et l’Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle, affrontement et fascination reciproques*, Paris, Perrin, 2009, pp. 256-304.

<sup>10</sup> FAROQHI, Suraiya, *Ottoman empire and the world... op. cit.*, p. 73.

<sup>11</sup> VILAR, Juan Bta., LOURIDO, Ramón, *Relaciones entre España y el Magreb siglos XVII-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1994, p. 102; LAROUÏ, Abadía, *Historia del Magreb: desde los orígenes hasta el despertar Magrebí. Un ensayo interpretativo*, Madrid, Mapfre, 1994, pp. 253-254; HOURANI, Albert, *A History of the Arab peoples*, Londres, Faber and Faber, 2002.

<sup>12</sup> BRANDÃO, Fernando de Castro, *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Trípoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985, pp. 21-24; LAROUÏ, Abadía, *Historia del Magreb... op. cit.*, pp. 256-261.

A regência de Argel tinha, desde 1671, o *Dey* à frente dos destinos do governo, quer em matéria de justiça quer em questões diplomáticas. No século XVIII, a hereditariedade tornou-se regra de acesso ao poder, não obstante ter sido pontualmente quebrada. O *Dey* estava interessado em manter a guerra de corso uma vez que, assim, dava continuidade à *jihad* e arrecadava um quinto das receitas do corso e as quantias dos resgates. Em termos de política externa, a regência de Argel entendia o corso como a melhor maneira de se relacionar com o exterior, devido ao interesse económico do mesmo. Desde 1780, os cônsules europeus começaram a informar as cortes que o corso argelino estava em decadência. Porém, o ressurgimento ocorreu no princípio do século XIX<sup>13</sup>. Em 1810, Argel tinha ainda cerca de 600<sup>14</sup> cativos portugueses que, até 1812, foram resgatados<sup>15</sup>. A paz viria a ser celebrada pouco depois, em 1813<sup>16</sup>.

## 2. A DIETA ALIMENTAR NA TORNA-VIAGEM

A primeira redenção para a qual encontramos referência a gastos com alimentos refere-se à de 1655, uma operação de resgate em Tetuão, Argel e Salé, levada a efeito por frei Henrique Coutinho e frei António da Madre de Deus, na qual se compraram por volta de 183 pessoas, embora os números variem consoante as fontes. Segundo frei Jerónimo de São José, cronista da Ordem, a operação decorreu em duas fases, 144 cativos regressaram ao reino com frei Henrique Coutinho e 62 com frei António da Madre de Deus. A documentação da Mesa da Consciência e Ordens, por seu lado, referiu, 112 pessoas no segundo grupo, já a lista do resgate indicou 121 pessoas, mais 62, sobre os quais nada se esclareceu, talvez relativamente aos indivíduos obtidos

---

<sup>13</sup> AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magrebe nos finais do Antigo Regime*, (dissertação de mestrado inédita), Universidade de Lisboa, 1998, pp. 89-92.

<sup>14</sup> Inicialmente referem-se 615, nomeadamente numa subscrição voluntária e caritativa promovida pelo Estado, na qual se refere a mediação inglesa, a trégua de dois anos e a necessidade de obter 514.285\$840 réis para o resgate. Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Norte de África*, caixa 420. Na realidade, parece terem sido resgatados 571.

<sup>15</sup> AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magrebe... op. cit.*, pp. 180-191 e CABRITA, Luís Filipe Xavier, *Os cativos em Argel da Marinha Real Portuguesa (1799-1812)*, Lisboa, (dissertação de mestrado inédita), Universidade Católica Portuguesa, 2013, autor que desconhece a bibliografia específica sobre o tema.

<sup>16</sup> KEMNITZ, Eva-Maria Von, *Portugal e o Magrebe ... op. cit.*

em Argel e Salé. Seja como for, tratou-se do primeiro resgate efetuado no reinado de D. João IV. O último havia ocorrido com Filipe IV, em 1627<sup>17</sup>.

Os padres redentores adquiriram alimentos em Argel e em Málaga para a torna-viagem. A saber, no primeiro caso, açafraão (duas onças)<sup>18</sup>, alhos, arroz (25 quintais), azeite (seis almudes e meio), biscoito, carneiros, cebolas, cevada (oito medidas), favecas, galinhas, lentilhas (quatro quintais), peixe e vinagre (oito almudes). Isto é, um conjunto de alimentos fornecedores de proteínas animais e vegetais, fibras presentes nos cereais e no biscoito, gordura vegetal, só foi mencionado azeite, e uma ausência total de legumes e frutos. Se tivermos em conta os preços, expressos em patacas, verifica-se que o investimento foi sobretudo em arroz, biscoito e peixe. Ou seja, na ausência da indicação de quantidades para uma parte dos géneros e do preço por porção, torna-se claro que cinco patacas de galinhas e nove de carneiros representam pouca quantidade comparativamente com duas patacas e meia de peixe, então um produto barato, ou, em especial, 86 de biscoito –em quantidade desconhecida, mas cujo carroto custou quase oito patacas, mais do que a carne de galinha ou a de carneiro– e 55 de arroz. Aliás no caso do arroz, 25 quintais é uma quantidade significativa, a um preço baixo, cerca de meia pataca por quintal<sup>19</sup>. Atendendo ao que acontece em outros casos, referenciados em seguida, pode colocar-se a hipótese de galinha e carneiro se destinarem a caldos para doentes<sup>20</sup>, uma vez que este tipo de preparados era ministrado a pessoas debilitadas e convalescentes em geral.

<sup>17</sup> BRAGA, Isabel Drumond, “O primeiro resgate geral de cativos após a Restauração (Tetuão 1655)”, *Itinerarium*, 148 (1994), p. 124; ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna* (Tese de doutoramento inédita), Universidade do Minho, 2010, p. 431-435. Deste resgate conhece-se um dos poucos sermões impressos sobre o tema. Cf. BRAGA, Isabel Drumond, “Eloquência, cativoiro e glorificação: o sermão de frei José de Santa Maria por ocasião do resgate geral de cativos de 1655”, em DURAN, Maria Renata (coord.), *Triunfos da Eloquência Sermões Reunidos e Comentados 1656-1864*, Niterói, Editora da UFF, 2012, pp. 11-40.

<sup>18</sup> No texto foram indicadas quantidades em diversas medidas de capacidade. Note-se que havia variações dentro de cada reino e entre diferentes reinos. Uma equivalência ao atual sistema métrico-decimal permite ter uma ideia. Assim: almude = 16,95 litros; alqueire = 8,475 litros; arrátel = 0,459 quilos; arroba = 14,688 quilos; barrica = incerto; canada = 1,413 litros; cântaro = incerto; cola = incerto; côvado = 0,681 metros; fanega = 38,85 quilos; libra = 0,489 quilos; medida = incerta; onça = 0,029 quilos; quintal = 58,752 quilos.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Convento da Santíssima Trindade, liv. 27.

<sup>20</sup> Sobre os caldos de carne, em especial sobre a canja, cf. SOARES, Carmen e MACEDO, Irene Coutinho de, “Representações sociais, histórica e cultural da canja de galinha: estudo de fontes históricas e de fontes orais de uma população de idosos”, *Demetra: alimentação, nutrição e saúde*, 11 (1), (2016), pp. 27-46. Sobre o uso medicinal do carneiro, Francisco da

Em Málaga, onde terão feito aguada, realizaram-se novas aquisições, em dois momentos. A saber, no primeiro, 37 quintais de biscoito por 97 patacas (cerca de 2,6 patacas por cada quintal), carneiro para um jantar, hortaliça, ovos, pão, vinagre, vinho (10 almudes), peixe para uma ceia, além de farelos para alimentar as galinhas, tornando clara a prática de transportar estas aves vivas de modo a tê-las sempre disponíveis para os doentes, e alguma louça não discriminada. Da segunda vez, as compras foram de 13 quintais de biscoito (cerca de 2,6 patacas por quintal), três arrobas de azeite por 3,5 patacas, oito libras e meia de carne de porco, pão e três fanegas de cevada. Outros gastos permitem saber que havia feridos a bordo, curados por um cirurgião inglês que recebeu cinco patacas<sup>21</sup>.

Durante o século XVIII, as compras de alimentos para satisfazer as necessidades dos antigos cativos foram igualmente diversificadas. Em 1720, foi realizado um resgate em Argel, por frei José de Paiva e por frei Simão de Brito, no qual foram obtidas 358 ou 365 pessoas<sup>22</sup>. A viagem entre Argel e Lisboa demorou 14 dias, durante os quais os antigos cativos consumiram abóbora coberta (arrátel e meio), açúcar (23 arrátéis), ameixas passadas (um alqueire), arroz (três quintais e 23 arrátéis), azeite (12 colas e oito cântaros), bacalhau (oito quintais, uma arroba e um arrátel), biscoito (42 quintais e duas arrobas), carne salgada (duas barricas), favas (41 alqueires e uma quarta), marmelada (24 covilhetes), vinagre (um almude). O açúcar, as ameixas passadas e a marmelada foram destinados aos doentes. Além dos alimentos foram adquiridas diversas peças, tais como louça de barro comprada em Lisboa e em Argel, quatro taras em que se incluíram púcaros e vidros “em se fazerem repartimentos para cómodo das mulheres resgatadas” e uma capoeira para galinhas que caiu ao mar durante um temporal, não se indicando se com ou sem as aves<sup>23</sup>.

No final deste resgate de 1720, em Argel, sobraram diversos mantimentos, desde abóbora coberta a favas, passando por carne de vaca e biscoito de duas qualidades, além de uma barrica onde se transportou o bacalhau e uma pipa que acomodou o vinagre, no valor de 2.400 réis. A venda do conjunto dos sobejos permitiu obter 96.847 réis.

---

Fonseca Henriques referiu a utilidade para tratar convulsões, diarreia, disenteria, flatulência, gota e incontinência. Cf. HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1731, p. 112.

<sup>21</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 27.

<sup>22</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...op. cit.*, pp. 467-479.

<sup>23</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 25.

Tabla 1.  
Produtos alimentares que sobejaram do resgate de 1720 em Argel

| Alimento        | Quantidade                        | Preço (em réis) |
|-----------------|-----------------------------------|-----------------|
| Abóbora coberta | 17 arráteis e meio                | 1.750           |
| Açúcar          | 41 arráteis                       | 3.300           |
| Arroz           | uma arroba e 11 arráteis          | 1.500           |
| Bacalhau        | 24 arrobas e meia                 | 18.375          |
| Biscoito        | 36 quintais e duas arrobas        | 5.700           |
| Biscoito branco | dois barris                       | 6.560           |
| Carne de vaca   | 22 arrobas e quatro arráteis      | 11.062          |
| Favas           | quatro alqueires, menos um quarto | 1.200           |

No resgate de 1726, realizado igualmente em Argel, por frei José de Paiva e frei Simão de Brito, foram adquiridas 214 pessoas<sup>24</sup>. As despesas com os géneros alimentícios e com os bens utilizados para curar os doentes foram dados a conhecer com rigor. Neste caso, temos quase sempre quantidades e preços. Sabe-se, por exemplo, que as despesas até ao dia do embarque orçaram em 42.375 réis e que foram adquiridos 48 albornozes, no valor de 42.375 réis, para outras tantas pessoas poderem vestir. Para a torna viagem foram negociados 10 bois no açougue dos judeus, os quais foram salgados, 15 carneiros vivos, 75 galinhas, além de diversas quantidades de biscoito, de dois preços, arroz e favas.

Tabla 2.  
Mantimentos para a torna-viagem do resgate de 1726 em Argel

| Alimentos         | Quantidade  | Preço (em réis) |
|-------------------|-------------|-----------------|
| Arroz             | 13 quintais | 34.120          |
| Azeite            | 18 colas    | 20.525          |
| Biscoito          | 20 quintais | 30.000          |
| Biscoito          | 40 quintais | 90.000          |
| Bois              | 10 unidades | 41.250          |
| Carne             | cinco botas | ?               |
| Carneiros (vivos) | 15 unidades | 15.750          |
| Favas             | ?           | 9.000           |
| Galinhas          | 75 unidades | 6.375           |
| Sal               | ?           | 1.500           |
| Vinagre           | uma bota    | 10.500          |

<sup>24</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...*, op. cit., pp. 481-489.

As 214 pessoas resgatadas foram sustentadas durante 33 dias e consumiram, segundo uma relação aparentemente completa, os bens que se seguem e que não correspondem totalmente aos que foram apresentados supra, relativamente às aquisições para a torna-viagem. Isto significa que aos bens adquiridos antes do regresso se juntaram algumas existências que ainda havia a bordo ou que alguns foram, entretanto, consumidos por outrem que não as pessoas objeto de resgate. Não obstante, por exemplo, os gastos dos redentores aparecerem em parcelas à parte. Assim, os antigos cativos consumiram 10 bois salgados acomodados em quatro barricas, 14 carneiros, 12 barris de biscoito branco, 54 quintais de biscoito, uma arroba e seis arráteis de açúcar, 18 colas de azeite, 11 quintais e três arrobas de arroz. Os doentes consumiram 77 galinhas e 24 covilhetes de doce.

Após o regresso a Lisboa, antes de os antigos cativos regressarem às suas casas, se as tivessem, deveriam integrar uma procissão de resgate, a qual terminava com um sermão. Através deste, procurava alertar-se para os maus tratos sofridos pelos cativos, evidenciando uma imagem aterradora<sup>25</sup>, enquanto as procissões ilustravam o sofrimento devido ao aspeto das pessoas, aos seus relatos e à presença de ferros. Sermões e procissões eram, pois, meios complementares de atuação por parte dos trinitários<sup>26</sup>. A articulação da palavra com a imagem visava condicionar o comportamento dos fiéis de modo a ser conseguido um determinado resultado: a obtenção de esmolas<sup>27</sup>. A apresentação dos cativos após o resgate contribuía ainda para alimentar a ideia de vitória sobre o Islão: a cruz triunfando sobre a meia-lua, Cristo sobre Maomé, a Cristandade sobre o Islão e o bem sobre o mal<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> GARCÍA-ARENAL, Mercedes, BUNES, Miguel Angel de, *Los Españoles y el Norte de Africa: siglos XV-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1992, pp. 280-281.

<sup>26</sup> CASTRIES, Henry de, *Les Ordres Rédempteurs et les Captifs Chrétiens au Maroc*, em *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. France*, vol. 3, Paris, Paul Geuthner, 1911, p. 557. Sobre sermões e procissões de resgate em Portugal, veja-se BRAGA, Isabel Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão: cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998, pp. 200-202; BRAGA, Isabel Drumond, “Eloquência, cativo e glorificação...”, *op. cit.*, pp. 11-40.

<sup>27</sup> Sobre a relação palavra imagem, ao longo da Época Moderna, veja-se BOESPFLUG, François, “La seconde voix: valeur et limites du service rendu par l’image à la prédication. Considérations finales”, *Cristianismo nella Storia*, 14, 3 (1983), pp. 647-672. No mesmo sentido, mas relacionando palavra e imagem (pintura), veja-se BATTISTINI, Andrea, “Forme e Tendenze della Predicazione Barocca”, em DOGLIO, Maria Luisa e DELCORNO, Carlo (dir.), *La Predicazione nel Seicento*, Bolonha, Il Mulino, 2009, pp. 46-47.

<sup>28</sup> LARQUIÉ, Claude, “Simbolismo, Cultura y Pedagogía en las Redenciones de Cristianos durante el siglo XVII”, *Areas*, 6 (1986), pp. 5-16.

Ora, após a chegada, os resgatados puderam contar com uma dieta mais variada. Nela se incluiu, além da carne e do pão, já não o biscoito, peixe fresco e fruta, no caso, peras e uvas. Encontram-se as seguintes parcelas: peixe fresco, no valor de 4.800 réis, sardinhas para jantar, no valor de 6.120 réis; seis arrobas e meia de carne de vaca, por 6.180 réis; 220 pães, que importaram em 4.400 réis, três almudes de vinho, por 2.880 réis; 500 peras e dois cestos de uvas por 2.300 réis, além de 12 galinhas destinadas aos doentes, no valor de 3.000 réis. De tudo isto, sobejaram alguns bens, os quais foram vendidos. A saber, três sacos de farelos com 32 alqueires (6.400 réis), uma alcofa com 26 arrâteis de açúcar (1.300 réis), cinco arrobas de arroz (2.400 réis), seis quintais de biscoito (2.100 réis), um barril com quatro cântaros de azeite (4.200 réis), além de uma capoeira e vasilhame diverso (3.000 réis). A venda dos sobejos permitiu obter 19.400 réis<sup>29</sup>.

A viagem do resgate de 1729, levado a efeito em Meknès e Salé, por frei Pedro de Melo e por frei José de Paiva, teve lugar no navio *Nossa Senhora da Lampadosa*, cujo capitão de mar e guerra foi D. Manuel Henriques. Partiram de Lisboa em 6 de setembro de 1728 e chegaram a Lisboa em 25 de abril do ano seguinte. Foram compradas 112 ou 113 pessoas<sup>30</sup> e gastos 39.763.200 réis, além de terem sido entregues 45 mouros, uma parte dos quais estantes em Mazagão. Se bem que os muçulmanos não fizessem resgates em Portugal, não deixavam de tentar obter os seus familiares através da troca daqueles por cativos cristãos em seu poder. Estes negócios, aparentemente lucrativos para ambas as partes e por vezes com a intervenção de judeus, eram vistos com grande desconfiança por parte das autoridades cristãs que temiam perder os muçulmanos e não obter os cristãos<sup>31</sup>. No próprio regimento deste resgate aludiu-se ao problema, “tereis advertência de vos não fiardes dos judeus porque estes são sempre interessados nos resgates particulares e pessoas de que se não pode fiar cousa alguma neste negócio”<sup>32</sup>.

A presença de tantos muçulmanos a bordo implicou algumas determinações patentes no regimento do resgate. Assim, no capítulo 10, pode ler-se:

aos dois cativos que aqui se acham se dará ração na viagem e estada em Mazagão e cavaladuras para a jornada a Mequinez, e aos doentes e velhos que

<sup>29</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 31.

<sup>30</sup> Mais uma vez, os números diferem. Cf. ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 29 e ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...*, op. cit., pp. 491-495.

<sup>31</sup> BRAGA, Isabel Drumond, *Entre a cristandade e o Islão...* op. cit., pp. 210-216.

<sup>32</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 29.

vierem se assistirá com o necessário para a jornada quando não seja bastante a assistência que lhe mandar fazer o rei de Mequinez [...] e tenho também mandado fazer prontamente o mantimento necessário para as rações dos mouros que vão cativos quando vierem<sup>33</sup>.

Os gastos com estas pessoas foram sendo indicados, a saber, 20.350 réis em louça, 20.685 réis num púcaro de água que se lhes deu quando chegaram a Mazagão, 75.750 réis em galinhas, 22.750 réis em doces e 19.200 réis em açúcar para os mouros doentes –tenha-se presente que o açúcar e os doces, frequentemente frutas conservadas em doce tinham utilização culinária e terapêutica. No caso do açúcar além de permitir a conservação dos frutos, era um excipiente edulcorante de outros produtos, podendo ser utilizado em casos de febres, tosses, problemas respiratórios e urinários e flatulência, além de herpes<sup>34</sup>–, 152.300 réis em trigo, cevada e feijões adquiridos em Mazagão para sustento de cativos e reféns e seus cavalos, 18.365 réis em aguardente para doentes em geral –recorde-se que era um produto terapêutico destinado a uso tópico e oral utilizado para infeções oculares, doenças e pele, paralisias, cálculos da bexiga e dores ciáticas, de entre outras<sup>35</sup>– e para os mouros, 33.600 réis em azeite, igualmente obtidos em Mazagão. Os mantimentos ficaram acondicionados num armazém e os mouros numas casas. Estas duas parcelas de arrendamentos implicaram uma despesa de 48.000 réis. Acresceu ainda lenha para preparar as refeições, no valor de 32.320 réis<sup>36</sup>.

Para este resgate foi igualmente mencionada a botica enviada a bordo, avaliada em 43.800 réis, composta por uma frasqueira de aguardente com 12 frascos com capacidade para 24 canadas, 21.600 réis de açúcar e 68 arráteis de doces dispostos em covilhetes, e acomodados em caixas, avaliados em 10.200 réis. Em Mazagão, a botica foi reabastecida com medicamentos não especificados no valor de 22.920 réis. Conhecem-se ainda os gastos com o médico, 24.000 réis; com o cirurgião, 14.400 réis; com o enfermeiro 14.400 réis e com o sangrador, 12.000 réis<sup>37</sup>.

Em 1731, a missão de resgate teve como destino Argel e foi levada a efeito pelos padres redentores frei José de Paiva e frei Simão de Brito, implicando um custo total de 87.675.000 réis. Terão sido adquiridas 193

<sup>33</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 29.

<sup>34</sup> DEVESA I JORDÀ, Francesc, *Malalties i remeis: la salut en la correspondència de Francesc de Borja*, Valencia, Universitat de Valencia, 2018, pp. 187-190, 203-210.

<sup>35</sup> DEVESA I JORDÀ, Francesc, *Malalties i remeis... op. cit.*, pp. 213-214.

<sup>36</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 29.

<sup>37</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 25.

peessoas<sup>38</sup>, nem todas daquela regência otomana, pois pelo menos 59 cativos foram provenientes de Meknès, no valor de 17.710.000 réis, e quatro de Tunes, adquiridos por 755.000 réis. Sabe-se que os donos de sete cativos não os quiseram vender a troco de dinheiro, tendo exigido turcos que estavam nas galés de Lisboa. Os padres redentores fizeram saber ao monarca das exigências, enviando os nomes, as idades e as profissões daqueles homens<sup>39</sup>.

Para este resgate, conhece-se a despesa feita em Argel, designadamente os mantimentos para a torna-viagem, bem como o sustento que receberam de 9 de setembro, dia em que foram resgatados, até 7 de outubro, data da partida para Lisboa, a qual terá sido apressada pois, ficou registado, “nos deixaram partir para Lisboa, por causa dos navios de Malta, que apareceram na barra de Argel”<sup>40</sup>.

Tabla 3.

Mantimentos para a torna-viagem do resgate de 1731 em Meknès e Salé

| Alimentos | Quantidade              | Preço (em réis) |
|-----------|-------------------------|-----------------|
| Arroz     | 12 quintais e 38 libras | 37.125          |
| Azeite    | 10 colas                | 13.125          |
| Biscoito  | 100 quintais            | 125.000         |
| Bois      | três unidades           | 14.625          |
| Favas     | 12 medidas (?)          | 4.500           |
| Galinhas  | ?                       | 3.000           |
| Sal       | [para salgar 15 bois]   | 1.125           |
| Vinagre   | ?                       | 12.750          |

Além das quantidades de alimentos, encontram-se ainda gastos relativos às refeições –almoço, jantar e ceia– dos quatro guardiães da porta e uma quantia no valor de 34.875 réis relativa ao sustento dos cativos sem discriminar os produtos. Os carros dos alimentos implicaram diversas verbas. A saber, 1.500 réis para as pessoas que conduziram os mantimentos e os barcos que os levaram a bordo, além de 3.750 réis, relativo ao carro e embarque do biscoito. Foram ainda comprados pratos de louça de barro verde vidrada, destinados aos cativos resgatados<sup>41</sup>. Em Lisboa, juntaram-se mais

<sup>38</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...*, op. cit., pp. 497-504.

<sup>39</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>40</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>41</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

despesas com comida não identificada, no valor de 9.360 réis, destinada aos cativos. Já os padres redentores, o tesoureiro e o escrivão do resgate tiveram direito a 400 réis por dia, para as comedorias, nos 71 dias que durou a missão. Por seu lado, o cozinheiro recebeu de salário 200 réis diários, ou seja, 14.200 réis<sup>42</sup>. Regista-se ainda uma esmola a um hospital não identificado, no valor de 2.250 réis, e uma parcela de 1.560 réis, relativa à comida de 13 dias, do “turco” que havia acompanhado a missão, acredita-se que para servir de intérprete<sup>43</sup>.

As informações acerca dos mantimentos relativos ao resgate efetuado em 1754, foram das mais completas. Foi efetuado em Argel, por frei José de Quadros e frei Manuel Francisco de Santa Ana, obtendo-se 228 pessoas. Gastaram-se 116.517.300 réis<sup>44</sup>. O resgate começou em Argel, em 19 de março e terminou em 20 de abril. A embarcação chegou a Lisboa, em 18 de maio. Para a viagem rumo a Argel, o tesoureiro recebeu os géneros do tesoureiro geral da redenção, João Lopes da Silva, em 19 de fevereiro de 1754. Destaquem-se o bacalhau e as leguminosas secas –ervilhas e feijão, uma vez que não haveria ervilhas frescas em fevereiro<sup>45</sup> – repare-se no sempre presente biscoito, a par do arroz, e em duas gorduras, azeite e manteiga.

Tabla 4.  
Alimentos para a viagem de ida a Argel em 1754

| Alimentos       | Quantidade                        | Preço<br>(em réis) |
|-----------------|-----------------------------------|--------------------|
| Arroz           | 28 arrobas e 20 arráteis          | 23.615             |
| Azeite          | 27 cântaros e três canadas e meio | 52.400             |
| Bacalhau        | 56 arrobas                        | 54.000             |
| Biscoito branco | oito arrobas                      | 9.600              |
| Ervilhas        | 18 alqueires                      | 7.560              |
| Feijão branco   | 18 alqueires                      | 8.280              |
| Manteiga        | um barril com 98 arráteis         | 6.076              |

Importava igualmente transportar os géneros para a embarcação. Essa tarefa foi paga em três parcelas, uma de 6.040 réis, destinada aos mariolas que

<sup>42</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>43</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>44</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...*, op. cit., pp. 517-529.

<sup>45</sup> Sobre o uso de leguminosas, cf. BRAGA, Isabel Drumond, “As leguminosas no Portugal Moderno: uma presença constante e discreta”, *Antíteses*, 10 (20), (2017), pp. 592-612.

carregaram os alimentos, uma outra de 2.400 réis relativa aos remédios para os doentes e, finalmente, uma última destinada aos barcos que levaram os mantimentos a bordo, no valor de 6.000 réis<sup>46</sup>. Em Argel a comida dos cativos, para 28 dias, importou em 118.860 réis. Um mouro que a ajudou a preparar recebeu uma gratificação de 3.200 réis<sup>47</sup>. Mas em Argel foram adquiridos mais géneros em diversas parcelas, uma no valor de 297.290 réis e outra que atingiu os 201.035 réis. Foram destinados, em especial, à torna-viagem. Também se registaram pagamentos de diversos serviços relacionados com o transporte e a guarda dos bens.

Alguns dos produtos adquiridos, destinavam-se a consumidores específicos, em especial aos doentes. Sabe-se, por exemplo, que um milheiro de sardinhas foi gasto numa noite pelos cativos. Parte das ervilhas foram consumidas antes da torna-viagem. A cevada foi destinada à alimentação dos carneiros e das galinhas e o vinagre foi utilizado quer na alimentação quer para desinfetar o navio. Para os enfermos foram adquiridas cinco dúzias de galinhas. Houve ainda duas dúzias de ovos destinadas aos pacientes “dos olhos para se lhe fazerem remédios”<sup>48</sup> –efetivamente, o médico Francisco da Fonseca Henriques notou que a clara de ovo era útil em casos de inflamações, enquanto a gema servia para eliminar dores, sendo igualmente um laxante e um diurético<sup>49</sup>–, água rosada e pedra-ume, esta um produto antisséptico e cicatrizante, e óleo de amêndoas doces, igualmente para integrar um preparado destinado a curar um dos resgatados.

Recipientes para acondicionar os géneros foram igualmente mencionados. Por exemplo, cinco pipas para acondicionar carne salgada, no valor de 4.800 réis, cuja mão de obra do tanoeiro e algum material importaram em 2.400 réis. Para os cativos comerem em terra e a bordo foram adquiridos 90 pratos vidrados no valor de 8.200 réis. A trempe de ferro utilizada na embarcação foi obtida em Argel e importou em 8.800 réis, enquanto a verba despendida com a lenha orçou em 4.200 réis.

---

<sup>46</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>47</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>48</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>49</sup> HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Âncora medicinal ... op. cit.*, p. 179.

Tabla 5.  
Alimentos para a torna-viagem do resgate de 1754 em Argel

| Alimento                            | Quantidade               | Preço<br>(em réis) |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------|
| Água rosada e pedra-ume             | meia canada              | 200                |
| Arroz                               | 12 arrobas               | 9.540              |
| Bacalhau                            | 12 arrobas               | 20.240             |
| Biscoito                            | 68 quintais              | 122.400            |
| Biscoito                            | 15 quintais              | 49.140             |
| Bois                                | 22 unidades              | 99.440             |
| Carneiros                           | 12 unidades              | 9.600              |
| Cevada                              | seis alqueires           | 800                |
| Couves, repolhos, alfaces e cheiros | ?                        | 6.820              |
| Ervilhas                            | 24 alqueires             | 9.600              |
| Ervilhas                            | cinco alqueires          | 1.700              |
| Feijão                              | dois sacos               | 4.800              |
| Galinhas                            | 60 galinhas              | 4.800              |
| Óleo de amêndoa doce                | um quartilho             | 170                |
| Ovos                                | 24 unidades              | 160                |
| Sal                                 | ?                        | 2.400              |
| Sardinhas                           | um milheiro              | 1.700              |
| Vaca                                | 46 arrobas e 28 arráteis | 74.545             |
| Vinagre                             | 25 almudes               | 150.000            |

Ao chegarem a Lisboa, os cativos ficaram 18 dias em quarentena, no porto da cidade. Naturalmente que importou alimentá-los. Neste caso, a lista apenas indica géneros e quantidades, omitindo preços. Na realidade, não ficou claro que géneros foram então adquiridos, os quais se juntaram às provisões vindas de Argel. Sabe-se apenas que, para esses dias de confinamento, puderam contar com provisões em tudo semelhantes às anteriormente referidas. A saber, uma arroba de açúcar mascavado, 40 arrobas e 20 arráteis de arroz, 24 cântaros e três canadas e meia de azeite, 68 arrobas de bacalhau, 83 quintais de biscoito, oito arrobas de biscoito branco, 22 bois salgados, 35 alqueires de ervilhas, 24 medidas de ervilhas de Argel, 30 alqueires de feijão branco, um barril de manteiga, duas dúzias de ovos, sal para salgar os bois, dois milheiros de sardinhas e 46 arrobas e 28 arráteis de vaca fresca. Acrescem seis alqueires de cevada para alimentar os carneiros, 25 almudes de vinagre para a comida e para aguar o navio e alguns géneros especificamente

indicados para os doentes, ou seja, 22 covilhetes de abóbora, 12 carneiros e cinco dúzias de galinhas<sup>50</sup>.

Após a quarentena restaram alguns bens que foram vendidos. Designadamente, três cântaros de azeite (5.100 réis), uma seringa (700 réis), uma trempe feita em Argel (2.840 réis, bastante menos do que custara) e diverso tipo de vasilhame, quatro barris onde se acondicionara o azeite (2.000 réis), cinco barricas onde se transportara bacalhau, oito de biscoito, cinco de carne salgada, um barril de manteiga, além da madeira de um caixão, isto é, uma caixa grande, em que seguiu louça de Estremoz, tudo no valor de 3.800 réis<sup>51</sup>.

Finalmente, encontram-se ainda informações relativas ao resgate de 1778, igualmente realizado em Argel, desta feita por frei Caetano de São José, provincial, por frei Francisco de Santa Maria, ex-provincial, e ainda frei José de Jesus Maria. A rainha D. Maria I, tal como em outras ocasiões, expediu um edital autorizando o resgate, no qual aludiu à necessidade de obstar ao sofrimento de muitos cativos portugueses que viviam em Argel, nele se aludiu ao áspero cativo”, apelando à entrega de esmolas para, desse modo, haver verbas suficientes para obter os “vassalos que os corsários argelinos levaram cativos e debaixo do seu poder arrastam as cadeias pelo decurso de muitos anos”<sup>52</sup>. Note-se que o resgate anterior decorrera em 1754, tendo o terramoto do ano seguinte sido o pretexto para se terem passado tantos anos sem missões redentoras. Não obstante, foram sendo obtidos alguns cativos por mercadores com o apoio dos cônsules da Holanda e de pessoas de outras nacionalidades estantes em Argel. Foi fretada uma embarcação holandesa, o *Príncipe da Beira*, que partiu de Lisboa em 1 de agosto e arribou a Argel em 20 do mesmo mês. Os portugueses contaram com o apoio de Daniel Gildemeester, cônsul da Holanda, em Argel. Obtiveram-se 223 pessoas, uma das quais faleceu ainda em Argel, e gastaram-se 152.573.756 réis<sup>53</sup>. A partida teve lugar em 22

---

<sup>50</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>51</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>52</sup> *Edital resgate*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1778; SÃO JOSÉ, Jerónimo de, *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade redempção de cativos*, tomo 2, cap. 15, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 534.

<sup>53</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio piedoso...*, *op. cit.*, pp. 531-538.

de setembro e a chegada a Lisboa deu-se em 28 de novembro. Não houve mais baixas, apesar de a viagem ter sido longa e difícil<sup>54</sup>.

Conhecem-se os gastos alimentares e outros após a chegada da missão a Lisboa e antes da realização da procissão de resgate. Esta contou com a participação instrumental dos soldados da feitoria da cidade (14.400 réis), do chamado instrumental dos pretos (3.020 réis) – refira-se que desde meados do século XV, houve agrupamentos de músicos negros que formavam pequenas orquestras, a primeira delas conhecida como “os pretos de São Jorge”, os quais participavam em festividades religiosas e leigas de caráter popular<sup>55</sup> – e ainda de um outro grupo de negros que tocaram em São Paulo (360 réis). O acompanhamento dos soldados implicou o gasto de 6.400 réis. Houve ainda outras parcelas. A saber, colocar e segurar as bandeiras (280 réis), luminárias (4.300 réis), pintura dos panos que se colocaram na bandeira que foi e regressou no navio (3.200 réis) e ainda os carros do que se obteve emprestado (860 réis). O trabalho do carpinteiro que fez a mesa e os pregos (715 réis), sete paus de junco (11.200 réis), alvissaras pela chegada da embarcação de resgate (2.400 réis), impressão das listas de resgate (480 réis) e escaleres, fragatas e conduções (9031 réis). Todas as parcelas implicaram um gasto de 126.921 réis. Relacionado com o serviço da comida, adquiriram-se 200 pratos de barro para os cativos (2.000 réis), quatro pratos grandes (480 réis), 12 alguidares, duas quartas e púcaros (500 réis) e colheres de pau (160 réis). As refeições foram compostas por 1.100 pães (160 réis), 12 arrobas de vaca (16.500 réis), duas arrobas e meia de carneiro (3.600 réis), uma saca de arroz (5969 réis) e 1900 sardinhas (5.880 réis, preço que inclui também a escamação) e saladas para as ceias (1960 réis)<sup>56</sup>.

### 3. PREOCUPAÇÕES COM HIGIENE E BEM-ESTAR

Apesar de as condições sanitárias serem de forma absoluta deficientes, e ainda mais se comparadas com padrões atuais mais exigentes, detetam-se pontuais preocupações com a higiene, se bem que nem sempre se percecionem a consciência de uma relação entre higiene e saúde. De qualquer modo, por

---

<sup>54</sup> Sobre este resgate, cf. BRAGA, Isabel Drumond, “O resgate de cativos enquanto obra de assistência: o caso de 1778”, em BRAGA, Isabel Drumond, *Cultura, religião e quotidiano: Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 233-264.

<sup>55</sup> *Testemunhos da escravatura: a memória africana no Museu de Lisboa*, Lisboa, Museu da Cidade, 2017, pp. 28-29.

<sup>56</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

exemplo, no resgate efetuado em Argel, em 1720, foram gastos 240 réis num frete de uma fragata que foi lançar carne ao mar e 480 réis pelos serviços de vistoria dos oficiais que ao analisarem uma barrica de carne, a mandaram lançar ao mar por estar perdida. Durante esse mesmo resgate usaram-se dois arráteis de alfazema para perfumar o navio, e no de 1726, diariamente gastou-se uma bota de vinagre para aguar a coberta da embarcação, utilizaram-se ainda dois arráteis de alfazema e de alecrim para a perfumar<sup>57</sup>.

Não raramente, após os resgates alguns cativos ficavam enfermos ou faleciam. Isso significa que além da verba despendida na aquisição, havia outras em medicamentos e médicos ou cirurgiões, como se referiu anteriormente. Além disso, por exemplo, no resgate de 1726, foi lançado ao mar um colchão emprestado por um armazém não identificado, por nele ter falecido um indivíduo vitimado de uma febre maligna. Para substituir a peça, foi comprada lã, no valor de 1.440 réis e sete varas de pano para a envolver, além de um chumaço, tudo no valor de 1.400 réis<sup>58</sup>. No caso do resgate de 1754, encontram-se ainda referências a propinas, isto é, ofertas, ao boticário do hospital (4.800 réis), ao cirurgião (9.600 réis), por “cuidar em curar bem os cativos”; e ao enfermeiro (4.800 réis)<sup>59</sup>.

Algun conforto também se pretendia proporcionar aos resgatados. Assim se compreende que no resgate de Argel de 1731 tenham sido adquiridos 46 albornozes, no valor de 39.000 réis, os quais foram distribuídos pelos mais necessitados<sup>60</sup>. Já em Lisboa, foram feitas novas aquisições. A saber, mais nove albornozes de filele branco, além de 10 côvados de baeta branca e fitas para debruar as mantilhas das mulheres. Os albornozes, os tecidos e a confeção importaram em 20.960 réis<sup>61</sup>. Num outro resgate em Argel, desta feita em 1754, também se adquiriram diversas peças para maior conforto das pessoas, a saber, 128 albornozes (1.600 réis cada, totalizando 204.800 réis), 120 barretes (240 réis cada, perfazendo 28.800 réis) e 28 pares de servilhas (180 réis cada, somando 5.040 réis)<sup>62</sup>. A estas peças acresceram outras, já em Lisboa, para que as pessoas integrassem a procissão de resgate com o mínimo de dignidade.

Efetivamente, se bem que se exibissem cativos e ferros, insistindo numa imagem de dor e padecimentos diversos, também não se descurava um

<sup>57</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 31.

<sup>58</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 31.

<sup>59</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>60</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>61</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 32.

<sup>62</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

mínimo de investimento para que os que participavam na procissão não faltassem ao respeito e tivessem pudor relativamente ao sagrado. Neste caso, as compras tiveram como alvo quatro pares de meias de linha branca para as quatro mulheres resgatadas, no valor de 1.220 réis, oito côvados de baeta branca para as mantilhas que essas mesmas mulheres usariam na dita procissão, os quais custaram 3.360 réis; além de um chapéu, que importou em 500 réis, para um homem, “por não ter o que levar na cabeça”<sup>63</sup>. No lazareto, antes do desembarque, foram recebidos mais albornozes. As peças e o transporte para bordo implicaram uma despesa de 3.680 réis.

No resgate de 1754 foram destinadas duas verbas diretamente relacionadas com a segurança dos resgatados. Isto é, 16.800 réis foram gastos com o pagamento dos que acompanharam o embarque dos cativos até à praia “em razão do povo os não puxar para as mesquitas e não renegarem como sucede”<sup>64</sup>. Por seu lado, os guardas da porta das pescarias, local de embarque dos cativos então adquiridos, receberam 6.400 réis, “pelos fecharem por conta do povo que era muito e não haver algum levantamento”<sup>65</sup>. Ficam assim bem visíveis as dificuldades dos padres redentores, mesmo após a compra dos cativos.

## CONCLUSÃO

Importa fazermos um balanço acerca da alimentação a bordo destinada aos cativos na torna-viagem das missões de resgate levadas a efeito no Magrebe, em especial em Argel. A análise de sete dessas missões, numa cronologia compreendida entre 1654 e 1778, demonstrou a presença repetitiva de quase todos os alimentos. A saber, o biscoito, usado desde as viagens de descobrimento e de expansão do século XV, a carne de aves, em especial a galinha, pensada em particular para os doentes, os carneiros, por vezes em pequenas quantidades e com a indicação que se destinavam igualmente aos que padeciam problemas de saúde, carne de vaca salgada, bacalhau, várias leguminosas como ervilhas, favas e feijões, algum arroz, azeite e muito raramente manteiga, em alguns casos ovos em escassa quantidade, açúcar e doces, também guardados para quem padecesse de diversas maleitas, além de sal para temperar as viandas e salgar a carne,

---

<sup>63</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>64</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

<sup>65</sup> ANTT, Convento da Santíssima Trindade, liv. 30.

vinagre quer para a comida quer ainda para desinfetar a embarcação. Num caso foram referidas frutas e num outro vegetais. Repare-se que, relativamente aos peixes, as referências são para duas espécies baratas, bacalhau, seguramente salgado, e sardinhas, por vezes, para quando se aguardava o desembarque.

Os dados analisados permitem perceber que a higiene alimentar, a dietética e a prática médica legadas da Antiguidade clássica continuavam a estar presentes quer na alimentação praticada a bordo quer nos teóricos nacionais que sobre o tema produziram diversos tratados de bromatologia<sup>66</sup>, e que uma comparação com as dietas praticadas na carreira da Índia não mostra grandes diferenças, a não ser pela ausência de referências a água e a vinho no dia-a-dia dos cativos resgatados durante a torna-viagem. No caso da água seria certamente utilizada, já no que se refere ao consumo de álcool dificilmente se poderia obter no mundo islâmico. Por outro lado, nessa comparação com as dietas praticadas nas viagens de ida e regresso desse mesmo destino, nada sobressai que possa contrariar a tendência aqui referenciada para as viagens de resgate. Naturalmente, que rumo à Índia seguiam mais quantidades e mais variedades de produtos, em especial no caso dos doces, incluindo doces de ovos nas viagens de ida, além de marmelada e diversas frutas cobertas, ou seja, cristalizadas<sup>67</sup>.

<sup>66</sup> Sobre os tratados de bromatologia portugueses, escritos em latim até ao século XVII, cf. CASTRO, Inês de Ornellas e, “Tratados de dietética, modos de alimentação e problemas de linguagem: um tratado latino de André António de Castro, século XVII”, *Evphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, nova série, 37 (2009), pp. 263-275; CASTRO, Inês de Ornellas e, “Prática médica e alimentação nos textos portugueses seiscentistas” em COSTA, Palmira Fontes da e CARDOSO, Adelino (coord.), *Percursos na história do livro médico (1450-1800)*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 73-91; CASTRO, Inês de Ornellas e, “De Vinho e de humores: o testemunho dos textos seiscentistas de bromatologia”, em SOUSA, Luís Correia de e PAIXÃO, Rosário S. (coord.), *NVNC EST BIBENDVM: Vinho, identidades e arte de viver*, Porto, Edições Afrontamento, 2017, pp. 57-78.

<sup>67</sup> Sobre a vida a bordo dos navios portugueses que faziam a ligação entre Portugal e o Oriente, incluindo a dieta de passageiros e tripulantes, cf. DOMINGUES, Francisco Contente, GUERREIRO, Inácio, “A vida a bordo na carreira da Índia (século XVI)”, em *Revista da Universidade de Coimbra*, 34 (1988), pp. 185-225; GRACIAS, Maria de Fátima da Silva, “Entre partir e chegar: saúde, higiene e alimentação a bordo da carreira da Índia no século XVIII”, em MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo: [s. n.], 1998, pp. 457-467; GUERREIRO, Inácio, “A Vida a bordo na carreira da Índia: a torna viagem”, em MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII*

Embora não possamos calcular as quantidades per capita, aparentemente a dieta fornecida aos resgatados não seria, de acordo com os padrões da época, particularmente má. Se bem que, à exceção do carneiro, vulgarmente em quantidades limitadas, e da vaca, nesse caso com quantidades expressivas, não haja grandes investimentos em carne, já que as galinhas e os carneiros se destinavam aos enfermos, no que se refere ao peixe a situação piorava. A bordo, podia preparar-se peixe seco, isto é, bacalhau –havia, contudo, que contar com a eventual possibilidade de pescar durante a viagem– e, em terra, durante a quarentena, ou apenas enquanto esperavam o momento de desembarcar, as sardinhas, igualmente um peixe muito barato, que marcava presença à mesa.

Se bem que para a rota do Oriente, saibamos que se preparavam três refeições a bordo –um almoço, pela manhã, um jantar pelas 14 horas e uma colação ao anoitecer<sup>68</sup>–; no que se refere ao número e horário das refeições dos resgatados nada se sabe. Pode, contudo, colocar-se a hipótese de não ser muito diferente. Finalmente, importa aduzir um outro dado relevante nesta comparação. As viagens do Magrebe para Portugal eram curtas, normalmente demoravam menos de um mês, enquanto as da carreira da Índia implicavam estar no mar durante longos meses, havendo, contudo, a possibilidade de fazer aguada. Ora, comparemos também com as primeiras viagens rumo ao Norte de África e à costa ocidental africana, levadas a efeito desde o século XV. Nelas, as refeições tinham como base alimentar o biscoito e a água. Porém, as tripulações consumiam igualmente carne –porco, carneiro, aves–, peixe –sardinhas e pescadas secas ou salgadas–, azeite, vinho, vinagre e frutas secas<sup>69</sup>, ou seja, não se encontram elementos muito diferentes, exceto a já explicada ausência do vinho, no caso da dieta dos antigos cativos.

---

*Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1998, pp. 415-432; MATOS, Artur Teodoro de, “‘Quem vai ao mar em terra se avia’: preparativos e recomendações aos passageiros da carreira da Índia no século XVII”, em MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1998, pp. 377-394; DOMINGUES, Francisco Contente, “Custos de construção e operação das naus e galeões portugueses nos finais do século XVI (uma primeira aproximação)”, em DOMINGUES, Francisco Contente e SILVA, Susana Serpa, *Navegação no Atlântico: XVIII reunião internacional de História da Náutica*, Lisboa, CHAM, 2019, pp. 77-91.

<sup>68</sup> MATOS, Artur Teodoro de, “‘Quem vai ao mar em terra...”, *op. cit.*, p. 383.

<sup>69</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, “As viagens e o seu quotidiano”, em MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 142-148.

A proposta e a originalidade deste texto resultam do aproveitamento da documentação do Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, em particular de alguns livros relacionados com os resgates, os quais contêm informações relevantes acerca da dieta alimentar fornecida em terra e, em especial a bordo, aos homens e mulheres libertos pelos padres trinitários. Efetivamente, se a historiografia portuguesa tem prestado atenção à alimentação a bordo dos navios que fizeram viagens à costa ocidental africana e dos que faziam as ligações entre Portugal e o Oriente, designadamente os que se dedicavam à carreira da Índia, durante os séculos XVI a XVIII, já no que se refere a viagens mais curtas não tem havido produção de saber, uma vez que as fontes não têm permitido avançar nesse domínio.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Norte de África*, caixa 420.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Convento da Santíssima Trindade, livs. 25, 27, 29, 30, 31, 32.

### FONTES IMPRESSAS

*Edita! resgate*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1778.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1731.

SÃO JOSÉ, Jerónimo de, *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade redempção de cativos*, 2 tomos, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

### BIBLIOGRAFIA

AFONSO, António Jorge Ferreira, *Os Cativos portugueses nos banhos magrebinos (1769-1830) o Islão, o corso e a geoestratégia no*

*Ocidente do Mediterrâneo*, (tese de doutoramento inédita) Universidade de Lisboa, 2017.

AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magrebe nos finais do Antigo Regime*, (dissertação de mestrado inédita), Universidade de Lisboa, 1998.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Entre a Cruz e o Crescente: o resgate de cativos: 1218-2018*, Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 2018.

ALBERTO, Edite da Conceição Martins, *As Instituições de resgate de cativos em Portugal: sua estrutura e funcionamento no século XV*, (dissertação de mestrado inédita), Universidade Nova de Lisboa, 1994.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna*, (tese de doutoramento inédita), Universidade do Minho, 2010.

AMARAL, Augusto Ferreira do, *Mazagão: a epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

BATTISTINI, Andrea, “Forme e Tendenze della Predicazione Barocca”, em DOGLIO, Maria Luisa, e DELCORNO, Carlo (dir.), *La Predicazione nel Seicento*, Bolonha, Il Mulino, 2009, pp. 46-47.

BENNASSAR, Bartolomé et Lucile, *Los Cristianos de Alá. La Fascinante Aventura de los Renegados*, tradução de José Luis Gil Aristu, Madrid, Nerea, 1989.

BOESPFLUG, François, “La seconde voix: valeur et limites du service rendu par l’image à la prédication. Considérations finales”, *Cristianismo nella Storia*, 14, 3 (1983), pp. 647-672.

BRAGA, Isabel Drumond, “Da corte portuguesa para as cortes marroquina e argelina: os presentes diplomáticos por ocasião dos resgates de cativos no século XVIII”, *Librosdelacorte.es*, 21, (2020), pp. 1-25.

BRAGA, Isabel Drumond, “Eloquência, cativo e glorificação: o sermão de frei José de Santa Maria por ocasião do resgate geral de cativos de

- 1655”, em DURAN, Maria Renata (coord.), *Triunfos da Eloquência Sermões Reunidos e Comentados 1656-1864*, Niterói, Editora da UFF, 2012, pp. 11-40.
- BRAGA, Isabel Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão: cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998.
- BRAGA, Isabel Drumond, “As leguminosas no Portugal Moderno: uma presença constante e discreta”, *Antíteses*, 10 (20), (2017), pp. 592-612.
- BRAGA, Isabel Drumond, “O primeiro resgate geral de cativos após a Restauração (Tetuão 1655)”, *Itinerarium*, 148 (1994), pp. 117-130.
- BRAGA, Isabel Drumond, *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- BRAGA, Isabel Drumond, “O resgate de cativos enquanto obra de assistência: o caso de 1778”, em BRAGA, Isabel Drumond, *Cultura, religião e quotidiano: Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 233-264.
- BRAGA, Isabel Drumond, “Vítimas de um conflito religioso: cativas e renegadas portuguesas no Magrebe (séculos XVI-XVII)”, em TORREMOCHA HERNANDEZ, Margarita (coord.), *Mujeres, sociedad y conflicto (siglos XVII-XIX)*, Valladolid, Castilla Ediciones, 2019, pp. 123-140.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Trípoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.
- CABRITA, Luís Filipe Xavier, *Os cativos em Argel da Marinha Real Portuguesa (1799-1812)*, (dissertação de mestrado inédita), Universidade Católica Portuguesa, 2013.
- CASTRIES, Henry de, *Les Ordres Rédempteurs et les Captifs Chrétiens au Maroc*”, em *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc. France*, vol. 3, Paris, Paul Geuthner, 1911, pp. 555-562.

- CASTRO, Inês de Ornellas e, “Prática médica e alimentação nos textos portugueses seiscentistas” em COSTA, Palmira Fontes da CARDOSO, Adelino (coord.), *Percursos na história do livro médico (1450-1800)*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 73-91.
- CASTRO, Inês de Ornellas e, “Tratados de dietética, modos de alimentação e problemas de linguagem: um tratado latino de André António de Castro, século XVII”, *Evphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, nova série, 37 (2009), pp. 263-275.
- CASTRO, Inês de Ornellas e, “De Vinho e de humores: o testemunho dos textos seiscentistas de bromatologia”, em SOUSA, Luís Correia de e PAIXÃO, Rosário S. (coord.), *NVNC EST BIBENDVM: Vinho, identidades e arte de viver*, Porto, Edições Afrontamento, 2017, pp. 57-78.
- DEVESA I JORDÀ, Francesc, *Malalties i remeis: la salut en la correspondència de Francesc de Borja*, Valencia, Universitat de Valencia, 2018, pp. 187-190, 203-210.
- DOMINGUES, Francisco Contente, “Custos de construção e operação das naus e galeões portugueses nos finais do século XVI (uma primeira aproximação)”, em DOMINGUES, Francisco Contente e SILVA, Susana Serpa, *Navegação no Atlântico: XVIII reunião internacional de História da Náutica*, Lisboa, CHAM, 2019, pp. 77-91.
- DOMINGUES, Francisco Contente, GUERREIRO, Inácio, “A vida a bordo na carreira da Índia (século XVI)”, em *Revista da Universidade de Coimbra*, 34 (1988), pp. 185-225.
- EIRAS ROEL, Antonio, “La historia de la alimentación en la España Moderna: resultados y problemas”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 2 (1993), pp. 35-64.
- FARINHA, António Dias, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

FAROQHI, Suraiya, *Ottoman empire and the world around it*, Londres, I. B. Tauris, 2016.

FORMICA, Marina, *Lo specchio turco: immagini dell'altro e riflessi del sé nella cultura italiana d'età moderna*, Roma, Donzelli Editore, 2012.

FRIEDMAN, Ellen G., *Spanish Captives in North Africa in the Early Modern Age*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983.

GARCÍA-ARENAL, Mercedes, BUNES, Miguel Angel de, *Los Españoles y el Norte de Africa: siglos XV-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1992.

GOFFMAN, Daniel, “Negotiation with the Renaissance state: the Ottoman Empire na the new diplomacy”, em AKSAN, Virginia H. e GOFFMAN, Daniel (coord.), *The Early Modern Ottomans: remapping the empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 61-74.

GONZALEZ-RAYMOND, Anita, *La Croix et le croissant : les inquisiteurs des Iles face à l'Islam 1550-1700*, Paris, CNRS, 1992.

GRACIAS, Maria de Fátima da Silva, “Entre partir e chegar: saúde, higiene e alimentação a bordo da carreira da Índia no século XVIII”, em MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo: [s. n.], 1998, pp. 457-467.

GUERREIRO, Inácio, “A Vida a bordo na carreira da Índia: a torna viagem”, em MATOS, Artur Teodoro de Matos e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1998, pp. 415-432-

HOURANI, Albert, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber and Faber, 2002.

- KEMNITZ, Eva-Maria Von, *Portugal e o Magrebe (Séculos XVIII / XIX). Pragmatismo, Inovação e Conhecimento nas Relações Diplomáticas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010.
- LAROUÏ, Abadía, *Historia del Magreb: desde los orígenes hasta el despertar Magrebí: un ensayo interpretativo*, Madrid, Mapfre, 1994.
- LARQUIÉ, Claude, “Captifs Chrétiens et Esclaves Musulmans au XVII<sup>e</sup> siècle: une lecture comparative”, in BENNASSAR, Bartolomé e SAUZET, Robert (dir.), *Chrétiens et Musulmans à la Renaissance. Actes du 37.<sup>e</sup> Colloque du CESR*, Paris, Honoré Champion, 1998, pp. 391-404.
- LARQUIÉ, Claude, “Le Commerce des Hommes en Méditerranée au milieu du XVII<sup>e</sup> siècle”, em BELVEDERI, Raffaella (dir.), *Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Storici. Rapporti Genova, Mediterraneo, Atlantico nell’ Età Moderna*, Génova, Pubblicazioni dell’ Istituto di Scienze Storiche, Università di Genova, 1990, pp. 397-412.
- LARQUIÉ, Claude, “Simbolismo, Cultura y Pedagogia en las Redenciones de Cristianos durante el siglo XVII”, *Areas*, 6 (1986), pp. 5-16.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “As viagens e o seu quotidiano”, em MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 142-148.
- MARTÍNEZ TORRES, José Antonio, *Prisioneros de los Infieles: vida y rescate de los cautivos cristianos en el Mediterráneo musulmán (siglos XVI-XVII)*, Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2004.
- MATOS, Artur Teodoro de, “‘Quem vai ao mar em terra se avia’: preparativos e recomendações aos passageiros da carreira da Índia no século XVII”, em Artur MATOS, Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (coord.), *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1998, pp. 377-394.

POUMARÈDE, Géraud, “Les envoyés ottomans à la cour de France: d’une présence controversée à l’exaltation d’une aliance (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)”, em *Turcs et turqueries (XVI-XVIII siècles)*, Paris, Presses Universitaires Paris-Sorbonne, 2009, pp. 63-95.

PRETO, Paolo, *Venezia e i turchi*, Roma, Viella, 2013.

REDON, Odile, LAURIOUX, Bruno, “Histoire de l’alimentation entre Moyen Âge et Temps Modernes: regards sur trente ans de recherches” em REDON, Odile, SALLMANN, Line e STEINBERG, Sylvie, *Le Désir et le goût: une autre histoire (XIII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 2005, pp. 53-84.

RESSEL, Magnus, ZWIERLEIN, Cornel, “The ransoming of North European Captives from Northern Africa: a comparison of Dutch, Hanseatic and English Institutionalization of redemption from 1610-1645”, in JASPERT, Nikolas e KOLDITZ, Sebastian (dir.), *Seeraub im Mittelmeerraum: piraterie, korsarentum und maritime Gewalt von der Antike bis zur Neuzeit*, Munique, Verlag Wilhem Fink e Ferdinand Schöningh 2013, pp. 377-406.

RICCI, Giovanni, *Ossessione turca: in una retrovia cristiana dell’Europa moderna*, Bolonha, Il Mulino, 2002.

SOARES, Carmen e MACEDO, Irene Coutinho de, “Representações sociais, histórica e cultural da canja de galinha: estudo de fontes históricas e de fontes orais de uma população de idosos”, *Demetra: alimentação, nutrição e saúde*, 11 (1), (2016), pp. 27-46.

SOLNON, Jean-François, *Le turban et la stambouline: l’empire ottoman et l’Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle, affrontement et fascination reciproques*, Paris, Perrin, 2009.

SPOONER, Frank, “Régimes alimentaires d’autrefois”, *Annales: economies, sociétés, civilisations*, 16.º ano, 3, (1961), pp. 568-574.

*Testemunhos da escravatura: a memória africana no Museu de Lisboa*, Lisboa, Museu da Cidade, 2017.

VALENSI, Lucette, *Stranieri familiari: musulmani in Europa (XVI-XVIII secolo)*, Turin, Einaudi, 2013, pp. 204-205.

VILAR, Juan Bta., Ramón LOURIDO, *Relaciones entre España y el Magreb siglos XVII-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1994.